



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO

PORTARIA Nº 2093, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

**CONCEDE PRÊMIO ASSIDUIDADE
À SERVIDORA SANDRA AMARO
ALVARIZ DA SILVA DE LEON.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, conforme artigo 96 da lei complementar 003;

CONSIDERANDO o requerimento feito pela servidora em 14/10/2025 e a data de concessão do direito em 12/10/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Prêmio Assiduidade à servidora **Sandra Amaro Alvariz da Silva de Leon**, Professora N4B, matrícula nº 5563-8 a ser creditado na folha do mês de outubro do ano de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da assinatura do Prefeito, surtindo efeito a partir de outubro de 2025.

Prefeitura Municipal de Jaguarão, aos quatorze (14) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

Rogério Lemos Cruz
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Lúcia Carvalho de Oliveira
Secretária de Administração
MFA/

Município de Jaguarao					Pag.		1
Resumo Verbas por Funcionarios (03/2014-10/2025)					Data Ref.		10/2025
Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc R Compl.	Valor
	55638/01	Sandra A. A. Da Silva de Leon	06/03/2014	1100-Professor N4a			
00001		0347-Premio Assiduidade			06/2019	09-01 1	1.726,47
Total Geral (1)		0347-Premio Assiduidade			06/2019	9	1.726,47





PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
Secretaria de Administração

Requerimento nº:

4970/2025

Assunto:

Resposta ao requerimento de prêmio assiduidade de Sandra Amaro Alvariz da Silva de Leon

Informamos que, o Art. 96 § 2º e § 4º, da Lei Complementar 003, de 05 de novembro de 2003, dispõe sobre o que segue:

Art. 96 Após cada cinco anos ininterruptos de serviços prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade de valor igual a um mês de vencimento do seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de função de confiança.
§ 1º Para os atuais servidores nomeados até a data da entrada em vigor da presente Lei, o respectivo tempo de serviço até então prestado ao Município, será contado por metade, para fins de aquisição do direito constante do caput do artigo, contudo, sempre limitado a um único prêmio assiduidade, que será satisfeito a partir do mês de março do ano de 2004.
§ 2º O prêmio previsto no caput do artigo poderá ser convertido em licença remunerada, por trinta dias, a critério do servidor.
§ 3º Os integrantes do magistério público municipal e os estatutários até então regidos pela Lei nº 517/63 iniciarão a contagem de tempo a partir da data da última concessão desta vantagem ou da licença prêmio, respectivamente.
§ 4º O prêmio por assiduidade será requerido pelo servidor, que aguardará em exercício a sua concessão, sob pena do indeferimento do pedido.
§ 5º - Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis, fazendo jus o servidor somente ao direito do último período aquisitivo.
Fica suspensa a concessão de benefícios e vantagens considerando a necessidade de cumprimento à Lei FEDERAL complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 que proíbe a concessão de benefícios e vantagens que impliquem no aumento de despesas até 31/12/2021 e o Decreto Municipal nº 014 de 1º de fevereiro de 2021. Para maiores informações e dúvidas consultar a Lei supramencionada no Diário Oficial da União e o respectivo Decreto Municipal.

Conforme análise realizada em sua matrícula, informamos que sua admissão e as datas que implementará, ou já implementou, o direito à concessão do prêmio estão discriminadas na tabela abaixo:

Nome	Sandra Amaro Alvariz da Silva de Leon
Matrícula	5563-8
Cargo	Professora N4B

14/10/2025

Data de Admissão	06/03/2014	Art. 97 -	I - Penalidade disciplinar de suspensão	
Data Base Estatuto Mun.	01/11/2003		II -	
Início da concessão Art. 96 §3º	Não se Aplica		a) Licença Interesse	
Última concessão			b) Licença trat. pessoa da família - não remunerada	
			c) Condenação - sentença definitiva - Trans.em julgado	
			d) Desempenho de mandato / atividade política	

Previsão	Faltas do Período	Dias licença de saúde	Dias de Interrupção	Aquisição de direito	Data limite de requerimento	Data de concessão
1ª concessão				08/03/2019	08/03/2024	08/03/2019
2ª concessão			584	12/10/2025	13/11/2030	12/10/2025
3ª concessão				12/10/2030	13/11/2035	12/10/2030
4ª concessão				12/10/2035	12/11/2040	12/10/2035
5ª concessão				11/10/2040	12/11/2045	11/10/2040
6ª concessão				11/10/2045	12/11/2050	11/10/2045
7ª concessão				11/10/2050	12/11/2055	11/10/2050

Lucia Carvalho de Oliveira
Secretária de Administração

Assinado por 2 pessoas: ROGÉRIO LEMOS CRUZ e LUCIA CARVALHO DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://lcp.cnpj.br>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 84DC-36E1-0F41-6358

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROGÉRIO LEMOS CRUZ (CPF 369.847.870-68) em 14/10/2025 14:07:42 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LÚCIA CARVALHO DE OLIVEIRA (CPF 424.307.040-72) em 15/10/2025 08:20:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jaguarao.1doc.com.br/verificacao/84DC-36E1-0F41-6358>